

**Intervenção do Primeiro-Ministro, António Costa, na abertura  
do debate na generalidade sobre o Orçamento do Estado para  
2023**

**Assembleia da República, 26 de outubro de 2022**

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Deputados,**

Há duas formas de enfrentar a situação em que vivemos.

Esgotarmo-nos na mera resposta à emergência da guerra, da inflação, da crise energética, da seca severa. Ou continuar a enfrentar lado a lado com os portugueses estes pesados desafios do presente, sem nunca deixar de olhar mais além, focados no futuro e na ambição reformista que definimos para a Legislatura.

**A opção do Governo é clara. Cuidar do presente sem perder o rumo do futuro.**

Temos de responder à emergência do presente.

Por isso, **já investimos 5,6 mil M€** entre **medidas de apoio ao rendimento** das famílias e **medidas de controle do custo da energia**.

Por isso, **atualizamos o indexante de apoios sociais, o salário mínimo nacional acima da inflação**.

Por isso, prosseguimos **o aumento do CSI para convergir com o limiar de pobreza**.

Por isso, **congelamos o preço dos transportes públicos e limitamos a 2% o aumento das rendas** de casa.

Por isso, vamos aprovar **legislação que protege as famílias com crédito à habitação**.

Sim, cuidamos de responder às necessidades do presente, do mesmo passo que mantemos, com toda a determinação, o rumo que traçámos para a Legislatura.

**Respeitamos, assim, a vontade dos portugueses** que votaram para garantir um horizonte estável de governação.

**Acompanhamos os parceiros sociais** que assinaram um Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.

**Cumprimos o nosso dever**, o nosso compromisso, com o presente e o futuro de Portugal.

Por isso, esta proposta de orçamento é muito mais do que a proposta de orçamento para o próximo ano. **É o primeiro dos quatro orçamentos que, ao longo de 2023, 2024, 2025 e 2026, vão dar execução à visão estratégica e às metas que nos propusemos alcançar.**

Garantir que todos os anos continuamos a **crescer acima da média da UE**, aproximando-nos a cada ano, dos países mais desenvolvidos da Europa.

Promover que este crescimento seja partilhado de forma mais justa, com o **aumento da riqueza distribuída em salários.**

Aumentar a margem das opções orçamentais, com a **redução do peso da dívida pública.**

Sim, mantemo-nos firmes no cumprimento das metas que nos propusemos alcançar até 2026: crescer anualmente em média **1 ponto percentual** acima da zona euro; **aumentar de 45 para 48%** o peso dos salários no PIB; reduzir a dívida pública para **menos de 100% do PIB.**

E vamos alcançar estas metas, continuando a responder às diversas necessidades do País.

Com este orçamento **reforçamos de novo o SNS**, com um crescimento de 7,8% da sua dotação, face à previsão de execução em 2022.

Vamos instalar os primeiros 108 dos 365 Centros Tecnológicos Especializados que vão **modernizar o ensino profissional** até 2025;  **aumentamos o apoio sustentado às artes** em 114%; o investimento **da lei de programação nas forças de serviços de segurança** cresce 33%; **a Polícia Judiciária tem o maior reforço de sempre** em meios humanos e capacidade pericial para dar combate à criminalidade económica e financeira, em especial à corrupção.

**Robustecemos o orçamento da Defesa**, fortalecendo as nossas Forças Armadas e honrando os nossos compromissos internacionais, num contexto marcado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia.

**Em suma, estamos a cumprir o nosso mandato, estamos a cumprir com os portugueses, estamos a cumprir com Portugal.**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Acordo de médio prazo, assinado em sede de concertação social, assume como **meta para 2026** acelerar para 2% o crescimento da produtividade.

Esta é uma condição necessária para garantirmos melhores empregos, com melhores salários.

Para produzirmos mais e com mais valor acrescentado, estabelecemos como prioridades o investimento nas **qualificações** e na **inovação**.

Quanto a **qualificações**, pretendemos, até ao final da década:

- **Aumentar para 60% a percentagem de jovens de 20 anos a frequentar o ensino superior**, incluindo um especial impulso às áreas STEAM (ciências, tecnologias, engenharia, artes e matemática); e
- **Elevar para 60% a proporção de adultos** que todos os anos **participam em ações de formação**.

Temos vindo a alargar a base social do ensino superior, por via da redução das propinas e do reforço da ação social, permitindo aumentar o número de jovens inscritos no ensino superior.

E neste Orçamento do Estado para 2023 **aumentamos o financiamento das Instituições do Ensino Superior e reforçamos a ação social escolar**, designadamente no apoio aos estudantes deslocados.

Prosseguimos também o maior investimento de sempre em alojamento estudantil, acelerando as operações de construção, aquisição e renovação das residências para estudantes.

Quanto à **inovação**, fixámos como meta aumentar o peso da Investigação e Desenvolvimento no PIB para 3% até 2030, um terço de investimento público e dois terços privado.

A autonomia financeira das empresas encontra-se em máximos e o investimento empresarial tem vindo a superar recordes. O número de investigadores nas empresas mais do que duplicou face a 2015 e a despesa em I&D atingiu um novo máximo. Queremos acelerar este caminho.

**O financiamento às empresas aumenta 90% do PT 2020 para o conjunto das verbas que lhes são destinadas no PRR e no PT 2030**, para apoiar a sua modernização e internacionalização, para as apoiar na dupla transição energética e digital.

E no Acordo firmado com os parceiros sociais, **reforçámos as medidas de redução seletiva do IRC, que no seu conjunto representam uma descida de impostos sobre as empresas superior à descida transversal de 2 p.p. na taxa de IRC.**

Desde já, neste Orçamento do Estado:

- **melhoramos os incentivos fiscais** à inovação, ao investimento, à localização no interior e à capitalização do nosso tecido empresarial;
- **apoiamos as nossas PMEs**, reduzindo a sua carga fiscal; e
- **reforçamos os incentivos aos ganhos de escala**, alargando a taxa reduzida das PME a todas as empresas até 500 trabalhadores e assegurando que as empresas que resultem da fusão de PMEs mantêm a taxa reduzida de IRC.

**Estes são os incentivos certos para as empresas melhorarem a sua produtividade.**

Mas é essencial acompanhar o esforço das empresas com o reforço do investimento público, para melhorar a competitividade e, assim, **eleva o peso das exportações no PIB para 53% até 2030.**

Este Orçamento do Estado, assegura **o maior nível de investimento público dos últimos 12 anos, com especial destaque para o investimento nas infraestruturas de transporte**, construindo um território mais coeso internamente e mais competitivo externamente.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Acordo alcançado em sede de concertação social inclui um outro grande objetivo para 2026: **eleva o peso das remunerações no produto interno bruto**, convergindo com a média da União Europeia.

Ou seja, queremos garantir uma mais justa repartição da riqueza produzida com os trabalhadores.

**De acordo com as atuais previsões económicas, este objetivo traduz-se numa valorização da remuneração média em cerca de 20% até 2026.**

Em 2023, o compromisso tripartido assumido no Acordo é o de aumentos salariais no setor privado de 5,1%, com enfoque no salário médio, e um aumento do salário mínimo nacional de 7,8%.

O Acordo garante também, para os anos seguintes, uma trajetória de previsibilidade que beneficia empresas e trabalhadores.

**O Estado contribui para este esforço** de valorização real dos rendimentos.

Desde logo, com a **atualização de pensões e de prestações sociais**; e com o acordo de **valorização plurianual de salários e carreiras**, que esta semana assinámos com os sindicatos da função pública.

Mas também através da política fiscal e outras políticas públicas.



No Orçamento do Estado, **criamos um incentivo fiscal inovador para as empresas que aumentem os salários** em linha, ou acima, do estabelecido no Acordo da concertação social.

E promovemos uma **redução transversal dos impostos pagos pelas famílias**, por via da atualização dos escalões, da redução da taxa média a partir do segundo escalão e, em resultado da reformulação do mínimo de existência, da taxa média também para quem ganhe até 1000 euros por mês.

**Dou um exemplo:** para um casal com o salário médio e com dois filhos pequenos, as reformas do IRS de 2018, 2022 e 2023 representam já um desagravamento fiscal anual de 1.288 euros.

Uma atenção muito especial é dedicada ao **reforço do rendimento dos jovens**, porque queremos que possam concretizar em Portugal os seus projetos de vida:

- **Reforçamos o IRS jovem.**
- Criamos um **programa de apoio à contratação de jovens qualificados** com salários iguais ou superiores a 1.320 €.
- Na habitação, **reforçamos os apoios ao arrendamento.**

- E para as jovens famílias, **prosseguimos o caminho de reforço do abono, da garantia infância e da dedução fiscal a partir do segundo filho**, ao mesmo tempo que alcançamos 70 mil crianças com a **universalização progressiva da gratuidade das creches**.

Em suma: este é um **Orçamento que garante mais rendimentos e menos impostos sobre as famílias**.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Deputados,**

É com investimento e inovação, com mais emprego e com melhores salários que robustecemos a nossa economia e que melhoramos a vida dos portugueses.

E é com contas certas que asseguramos previsibilidade e estabilidade às nossas políticas, criando, simultaneamente, margem para acorrer às despesas inesperadas.

A nossa estratégia de prudência orçamental, amiga do crescimento, permite-nos dispor da margem necessária para **aliviar o impacto da inflação na vida das famílias e na atividade das empresas e do setor agrícola**.

Já demonstrámos que é possível compatibilizar responsabilidade orçamental com crescimento e com mais justiça social, ao mesmo tempo que respondemos às exigências do presente, sejam elas uma pandemia ou os efeitos de uma guerra no continente Europeu.

Neste Orçamento, e nos três Orçamentos seguintes até 2026, não será diferente.

**Em face da instabilidade externa, apresentamos ao país um horizonte de estabilidade, de confiança e de compromisso.**

O Orçamento do Estado para 2023:

É um orçamento que **apoia o presente e constrói o futuro** do nosso país e dos portugueses.

É um orçamento que **reforça o investimento e a inovação**.

É um orçamento que **aumenta os rendimentos** do trabalho, as pensões e as prestações sociais.

Queremos assim **consolidar a trajetória de convergência** que iniciámos em 2016 e que foi interrompida apenas em 2020, por força da pandemia.

Ou seja, queremos convergir em 2022, em 2023, em 2024, em 2025 e em 2026. Como já conseguimos fazer em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021. 10 anos de convergência, depois de praticamente 15 anos de divergência.

Faz amanhã um ano, que tomando de empréstimo as palavras de Jorge Palma, garanti nesta tribuna que “enquanto houver ventos e mar a gente não vai parar”. Não parámos! E não vamos parar!